



Simulado Especial

CG DF

**Auditor de Controle Interno
Planejamento e Orçamento
Pós-Edital**

Simulado

Simulado CG DF - Auditor de Controle Interno –
(Planejamento e Orçamento)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso CG DF - Auditor de Controle Interno (Planejamento e Orçamento);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-CGDF-Planejamento-e-Orçamento-04-02-23>

01 – A B C D	29 – A B C D	57 – A B C D	85 – A B C D	113 – A B C D
02 – A B C D	30 – A B C D	58 – A B C D	86 – A B C D	114 – A B C D
03 – A B C D	31 – A B C D	59 – A B C D	87 – A B C D	115 – A B C D
04 – A B C D	32 – A B C D	60 – A B C D	88 – A B C D	116 – A B C D
05 – A B C D	33 – A B C D	61 – A B C D	89 – A B C D	117 – A B C D
06 – A B C D	34 – A B C D	62 – A B C D	90 – A B C D	118 – A B C D
07 – A B C D	35 – A B C D	63 – A B C D	91 – A B C D	119 – A B C D
08 – A B C D	36 – A B C D	64 – A B C D	92 – A B C D	120 – A B C D
09 – A B C D	37 – A B C D	65 – A B C D	93 – A B C D	121 – A B C D
10 – A B C D	38 – A B C D	66 – A B C D	94 – A B C D	122 – A B C D
11 – A B C D	39 – A B C D	67 – A B C D	95 – A B C D	123 – A B C D
12 – A B C D	40 – A B C D	68 – A B C D	96 – A B C D	124 – A B C D
13 – A B C D	41 – A B C D	69 – A B C D	97 – A B C D	125 – A B C D
14 – A B C D	42 – A B C D	70 – A B C D	98 – A B C D	126 – A B C D
15 – A B C D	43 – A B C D	71 – A B C D	99 – A B C D	127 – A B C D
16 – A B C D	44 – A B C D	72 – A B C D	100 – A B C D	128 – A B C D
17 – A B C D	45 – A B C D	73 – A B C D	101 – A B C D	129 – A B C D
18 – A B C D	46 – A B C D	74 – A B C D	102 – A B C D	130 – A B C D
19 – A B C D	47 – A B C D	75 – A B C D	103 – A B C D	131 – A B C D
20 – A B C D	48 – A B C D	76 – A B C D	104 – A B C D	132 – A B C D
21 – A B C D	49 – A B C D	77 – A B C D	105 – A B C D	133 – A B C D
22 – A B C D	50 – A B C D	78 – A B C D	106 – A B C D	134 – A B C D
23 – A B C D	51 – A B C D	79 – A B C D	107 – A B C D	135 – A B C D
24 – A B C D	52 – A B C D	80 – A B C D	108 – A B C D	136 – A B C D
25 – A B C D	53 – A B C D	81 – A B C D	109 – A B C D	137 – A B C D
26 – A B C D	54 – A B C D	82 – A B C D	110 – A B C D	138 – A B C D
27 – A B C D	55 – A B C D	83 – A B C D	111 – A B C D	139 – A B C D
28 – A B C D	56 – A B C D	84 – A B C D	112 – A B C D	140 – A B C D

LÍNGUA PORTUGUESA**Fabrizio Dutra**

A importância do profissional da Controladoria está vinculada a sua colaboração para a administração geral da empresa por meio do fornecimento de informações para a tomada de decisão. O *controller* é o gestor responsável pelo departamento de Controladoria. Seu principal papel é a administração eficiente das informações geradas pelo processo empresarial, zelando pela continuidade da empresa e garantindo que as atividades realizadas em conjunto atinjam resultados superiores aos que atingiriam se trabalhassem de forma independente.

O *controller* exerce uma função multidisciplinar dentro da organização, abrangendo todos os setores e todos os eventos decorrentes da atividade empresarial objeto da entidade.

Entre os atributos imprescindíveis para o exercício da função da Controladoria, podem ser destacadas as seguintes características: possuir um significativo conhecimento do ramo de atividade em que a empresa atua, identificando as ameaças e oportunidades que impactam o setor de atuação; entendimento sobre a história da empresa, identificando seus objetivos, metas, missão, políticas, suas adversidades e sua capacidade estratégica; competência para verificar dados e informações contábeis e financeiras que direcionam a ação dos gestores; capacidade de expressar-se verbalmente e por escrito, devendo possuir amplo conhecimento das normas, princípios contábeis e legislação, assim como as inferências que afetam o resultado empresarial.

01. Infere-se do texto 1:

- a) O profissional de controladoria é o responsável pela tomada de decisões de uma empresa.
- b) O papel do profissional de controladoria é o armazenamento eficiente das informações repassadas pelo processo empresarial.
- c) Há quem seja contra o fato de o controller exercer uma função multidisciplinar dentro da organização.

d) O controller tem um papel de promover união entre as atividades realizadas para que se atinjam resultados.

02. Entre os atributos imprescindíveis para o exercício da função da Controladoria, podem ser destacadas as seguintes características:

A oração acima poderia ser reescrita da seguinte forma, mantendo-se a correção e o sentido:

- a) Dentre os atributos imprescindíveis ao exercício da função da Controladoria, podem ser destacadas as seguintes características:
- b) Entre os atributos imprescindíveis ao exercício da função da Controladoria, destacam-se as seguintes características:
- c) Dentre os atributos imprescindíveis para o exercício da função da Controladoria, podem ser destacadas as seguintes características:
- d) Entre os atributos imprescindíveis para o exercício da função da Controladoria, destaca-se as seguintes características:

03. Na oração 'atinjam resultados superiores aos que atingiriam se trabalhassem de forma independente.', o termo 'que' é:

- a) pronome indefinido
- b) conjunção integrante
- c) pronome demonstrativo
- d) pronome relativo

04. No primeiro período, a expressão 'do profissional da Controladoria' exerce função de:

- a) objeto indireto
- b) sujeito
- c) complemento nominal
- d) adjunto adnominal

05. Julgue os itens a seguir, em relação a aspectos linguísticos do texto.

- I. No primeiro período, se fosse inserido um acento de crase em 'a sua colaboração', a correção seria mantida.
- II. No primeiro parágrafo, a expressão 'por meio do fornecimento' poderia ser substituída por 'através do fornecimento', com manutenção do sentido original.
- III. Em 'O *controller* é o gestor responsável pelo departamento de Controladoria', o termo 'pelo departamento' exerce a função de agente da passiva.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas os itens I e II estão certos.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.

06. Julgue os itens a seguir, em relação a aspectos linguísticos do texto.

- I. No terceiro parágrafo, a expressão 'as seguintes características' exerce a função de objeto direto.
- II. No terceiro parágrafo, em 'em que a empresa atua', a supressão da preposição 'em' mantém a correção gramatical.
- III. No trecho 'entendimento sobre a história da empresa, identificando seus objetivos, metas, missão, políticas, suas adversidades e sua capacidade estratégica', as vírgulas foram empregadas pela mesma razão gramatical.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhuma está correta.
- b) Apenas os itens I e II estão certos.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.

07. No último período, a expressão 'assim como' denota:

- a) comparação
- b) condição
- c) adição
- d) tempo

08. Na expressão 'assim como as inferências que afetam o resultado empresarial.', o termo 'que' exerce a função de:

- a) objeto direto
- b) predicativo
- c) objeto indireto
- d) sujeito

09. A expressão 'zelando pela' pode ser substituída por:

- a) observando pela
- b) atentando na
- c) vendo pela
- d) atentando para a

10. capacidade de expressar-se verbalmente e por escrito.

Sobre esse fragmento, assinale a correta:

- a) a partícula 'se' não pode ter a sua posição (enclítica) alterada.
- b) o termo 'por escrito' é agente da passiva
- c) a preposição 'de' pode ser substituída pela preposição 'para'.
- d) o termo verbalmente é advérbio de intensidade.

11. podem ser destacadas as seguintes características: possuir...

No último parágrafo, o emprego do ponto-e-vírgula só não se justifica por:

- a) introduzir um aposto
- b) introduzir um esclarecimento
- c) introduzir uma enumeração
- d) introduzir uma citação

12. O texto 1 é predominantemente:

- a) dissertativo argumentativo
- b) descritivo
- c) dissertativo informativo
- d) injuntivo

13. podem ser destacadas as seguintes características.

O termo 'seguintes' pertence à seguinte classe gramatical:

- a) substantivo
- b) adjetivo
- c) advérbio
- d) pronome

Texto 2

No século 21, eu acredito que a missão da Organização das Nações Unidas (ONU) será definida por uma consciência nova e mais profunda da santidade e da dignidade de cada vida humana, independentemente de raça ou religião. Isso irá requerer que levemos o nosso olhar para além da estrutura dos Estados, ou da simples superfície de nações ou comunidades. Devemos enfocar, como nunca, a melhoria das condições de vida de homens e mulheres, individualmente, que dão ao Estado ou à nação a sua riqueza e o seu caráter.

Neste novo século, devemos começar pela compreensão de que a paz pertence não somente aos Estados ou povos, mas também a cada um e a todos os membros dessas comunidades. A soberania dos Estados não mais deverá ser utilizada como um escudo contra grandes violações aos direitos humanos. A paz deve ser real e tangível no dia a dia de cada indivíduo que dela necessite. Devemos buscá-la, acima de tudo, pelo fato de ser a condição para que cada membro da família humana possa levar uma vida de dignidade e segurança.

A lição do século passado nos fez entender que ameaçar ou atropelar a dignidade do indivíduo — como naqueles países onde o cidadão não desfruta do direito básico de escolher o seu governo, ou do direito de o escolher regularmente — resultou em conflitos, perdas de civis inocentes, vidas abreviadas e comunidades destruídas.

Com efeito, os obstáculos à democracia têm muito pouco a ver com cultura ou religião, e muito mais com o desejo daqueles que se encontram no poder e querem manter sua posição a qualquer custo. Não se trata de um fenômeno novo nem restrito a uma parte específica do mundo. As pessoas de todas as culturas prezam por sua liberdade de escolha e sentem a necessidade de ter direito de voz nas decisões que afetam suas vidas.

14. Acerca dos tipos textuais, é correto afirmar que, no texto 2, predomina a

- a) argumentação.
- b) descrição.
- c) instrução.
- d) prescrição.

15. Conforme o texto 2, a paz

- a) induz conflitos entre os povos.
- b) deve submeter-se à soberania de um Estado ou de uma nação.
- c) deve ser uma preocupação exclusiva dos governantes.
- d) pertence a todos os membros de um Estado ou de uma nação.

16. eu acredito que a missão da Organização das Nações Unidas (ONU) será definida por uma consciência nova

Na frase acima, o verbo 'acredito' é:

- a) transitivo indireto
- b) intransitivo
- c) de ligação
- d) transitivo direto

17. No segundo período do texto, o pronome 'isso' retoma:

- a) a ONU
- b) a consciência da santidade e da dignidade humana
- c) o século 21
- d) a raça e a religião

18. No primeiro parágrafo, a expressão 'Devemos enfocar' tem sujeito:

- a) indeterminado
- b) oracional
- c) desinencial
- d) simples

19. A soberania dos Estados não mais deverá ser utilizada como um escudo contra grandes violações aos direitos humanos.

Sobre o trecho acima, assinale a alternativa correta:

- a) o verbo 'ser' é um verbo de ligação.
- b) a oração se encontra na voz passiva sintética.
- c) o termo 'como' apresenta valor de conformidade
- d) o termo 'aos direitos humanos' exerce a função de complemento nominal.

20. A lição do século passado nos fez entender que ameaçar ou atropelar a dignidade do indivíduo.

Sobre o trecho acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) o pronome 'nos' poderia ser posposto ao verbo 'fez'.
- b) o termo 'que' é uma conjunção integrante.
- c) a oração 'que ameaçar ou atropelar a dignidade do indivíduo' exerce a função de sujeito.
- d) 'a dignidade do indivíduo' exerce a função de objeto direto.

LÍNGUA INGLESA

Andrea Belo

Texto para questões 21 a 27

Oil, it has been said, is the blood coursing through the veins of the world economy. In 2020 the economy is bleeding red. As covid-19 keeps workers at home and planes on the ground, demand for oil has fallen faster and further than at any point in its history. Amplifying the shock, a furious row between Saudi Arabia and Russia set off a price war in early March. Last month oil prices fell by more than half, leaving a giant industry reeling.

On April 12th the world's energy superpowers broke bread and reached a new deal to try to prop up prices. The Organisation of the Petroleum Exporting Countries (opec) and its allies, including Russia, said they would slash production by 9.7m barrels a day from May to the end of June, a record, and restrain output for two years. In the 20th century Uncle Sam was keen to undermine opec, but in 2018 America became the biggest oil producer, (...)

(The future of the oil industry. In: The Economist, 18/04/2020)

On the previous text and the vocabulary used in it, judge the items below:

21. In the excerpt taken from The Economist, we can say that economy

- a) is in a critical situation.
- b) is suffering a lot.
- c) is not very safe.
- d) has been suffered related to the deforestation.

22. In the sentence “*further than any point in its history*”, its refers to

- a) history
- b) oil
- c) point
- d) forests

23. It is possible to infer that planes do not take off and workers stay at home because of

- a) covid 19
- b) security problems
- c) high demand
- d) oil

24. According to the text. there was a fight between Saudi Arabia and Russia and price

- a) went down
- b) went up
- c) kept the same
- d) changed

25. Because of the prices down, the industry

- a) was in a critical situation.
- b) was kind of wobbling around.
- c) was gone
- d) was destroyed

26. It is possible to infer that the biggest energy companies

- a) have prepared something
- b) hve developed
- c) joined to try a deal.
- d) joined the team

27. Russia was included at The Organization of the Petroleum Exporting (Opec)

- a) between May and June.
- b) May and June.
- c) before May and June.
- d) March and June.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

28. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio que:

- a) autoriza o uso da intervenção, em qualquer hipótese, desde que autorizada pelo Senado Federal.
- b) prega a solução dos conflitos por meio do uso da força, competindo ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Senado Federal.
- c) reconhece a diferença hierárquica entre os Estados em função de sua importância econômica.
- d) reconhece a autodeterminação dos povos.

29. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988:

- a) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ainda que seu sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- b) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- c) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ainda que as invoque com a intenção de se eximir de obrigação legal a todos imposta e de se recusar a cumprir prestação alternativa fixada em lei.
- d) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer e observados os imperativos de necessidade do Estado e da coletividade.

30. Marcos, brasileiro, com 45 anos e em pleno vigor físico e mental, invocou motivo de crença religiosa para se eximir de determinada obrigação legal a todos imposta. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, Alfredo:

- a) não será privado de direitos, ainda que se recuse a cumprir prestação alternativa, fixada em lei, mas deverá cumprir pena de prestação social à comunidade.
- b) não será privado de direitos, ainda que se recuse a cumprir prestação alternativa, fixada em lei, pois é inviolável a liberdade de religião no Brasil.
- c) será desde logo privado de direitos, uma vez que não é admissível invocar motivo de crença religiosa para o fim de se eximir de obrigação estabelecida em lei.
- d) não será privado de direitos, salvo se ele se recusar a cumprir prestação alternativa, fixada em lei

31. Cravo Carvalho, 50 anos de idade, é brasileiro naturalizado, brilhante advogado com seis livros publicados e mais de quinze anos de efetiva atividade profissional, com notável saber jurídico e reputação ilibada. De acordo com a Constituição Federal, Cravo Carvalho poderá ocupar cargo de

- a) Ministro de Estado da Defesa.
- b) Oficial das Forças Armadas.
- c) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- d) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

32. Os Estados não podem legislar sobre algumas matérias, consideradas privativas da União. As matérias sobre as quais SOMENTE a União pode legislar são:

- a) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- b) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- c) orçamento e direito financeiro.
- d) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

33. De acordo com o previsto na CF88 NÃO constitui uma limitação material ao poder de reforma da Constituição.

- a) a proposta de emenda para incluir direitos e garantias individuais.
- b) a proposta de emenda tendente a abolir a separação dos poderes.
- c) a proposta de emenda que permita a separação de um Estado Membro.
- d) a proposta de emenda que suprima o voto direto, universal e secreto.

34. Conforme previsão constitucional, NÃO está legitimado a provocar o controle concentrado de constitucionalidade junto do STF:

- a) o Procurador-Geral da República.
- b) o Governador do Distrito Federal.
- c) a Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- d) o Partido Político com representação na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

Rodrigo Francelino

35. Sobre as atribuições da Câmara legislativa descritas na Lei Orgânica do DF assinale a alternativa correta.

- a) Compete à CLDF, a seu exclusivo juízo, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, fixação dos vencimentos ou aumento de sua remuneração.
- b) Compete à CLDF, com sanção do Governador a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, fixação dos vencimentos ou aumento de sua remuneração.
- c) Compete à CLDF, com sanção do Tribunal de Contas do Distrito Federal a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, fixação dos vencimentos ou aumento de sua remuneração.
- d) Compete à CLDF, com sanção do Senado Federal a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, fixação dos vencimentos ou aumento de sua remuneração.

36. Antunes é Deputado Distrital em seu discurso de posse afirmou o compromisso, em defender a “Causa Gay”, como bandeira de campanha, para assegurar os direitos humanos assegurados como valores fundamentais do DF, bem como a não discriminação em razão de orientação sexual. De acordo com situação hipotética acima descrita e

sob a luz da LODF assinale a única alternativa correta.

- a) Como Deputado Distrital Antunes poderá perder o cargo, por maioria absoluta da CLDF, por ter cometido quebra do decoro parlamentar ao defender a “Causa Gay”
- b) Antunes pertence ao poder legislativo, que tem sede em Brasília e que pode ser reunir temporariamente em qualquer lugar do DF, mediante aprovação de 2/3 da CLDF.
- c) Antunes responderá por crime de responsabilidade na CLDF e no Superior Tribunal de Justiça, por crime comum.
- d) Antunes equivocou-se em seu discurso de posse, pois os direitos humanos não são valores fundamentais do Distrito Federal, mas um dos objetivos prioritários do Distrito Federal.

37. Acerca dos deputados distritais, conforme descreve a Lei Orgânica do DF, assinale a alternativa correta.

- a) Desde a expedição do diploma, os membros da Câmara Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.
- b) No caso de flagrante de crime inafiançável praticado por deputado distrital, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Câmara Legislativa, para que, pelo voto, dois terços de seus membros resolva sobre a prisão.
- c) Recebida a denúncia contra o deputado distrital por crime ocorrido após a diplomação, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios dará ciência à Câmara Legislativa, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto de dois terços de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
- d) Os deputados distritais não serão obrigados a testemunhar acerca de informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, exceto a respeito das pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

38. Segundo a Lei Orgânica do DF, caso ocorra vacância dos cargos de governador e de vice-governador do Distrito Federal.

- a) Serão sucessivamente chamados para o respectivo exercício, em caráter definitivo, o presidente da câmara legislativa, o vice-presidente da câmara legislativa e o presidente do tribunal de justiça.
- b) A eleição exclusivamente para o cargo de governador será feita 30 dias depois da última vaga, pela câmara legislativa.
- c) A eleição para ambos os cargos será feita 30 dias depois da última vaga, pela câmara legislativa.
- d) Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador do Distrito Federal, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

39. Segundo a Lei Orgânica do DF a Câmara Legislativa reunir-se-á, anualmente, em sua sede:

- a) de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- b) de 1 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.
- c) de 1 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- d) de 2 de fevereiro a 30 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

REGIME JURÍDICO DO DISTRITO FEDERAL

Antônio Daud

40. Assinale, entre as alternativas abaixo, licença remunerada prevista no regime jurídico dos servidores do Distrito Federal:

- a) para tratamento de interesses particulares.
- b) para afastamento do cônjuge.
- c) para atividade política.
- d) paternidade.

41. Em relação à disciplina da LC 840/2011 atinente ao processo disciplinar, assinale a alternativa correta:

- a) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar requer exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- b) A revisão do processo disciplinar poderá se dar a pedido do interessado, desde que obedecido o prazo prescricional de cinco anos.
- c) A autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o afastamento preventivo do servidor do exercício do cargo, pelo prazo de até 120 dias, prorrogáveis por igual período, sem prejuízo da remuneração.
- d) É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, sendo que tal acompanhamento permite-lhe arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, no caso de prova pericial.

42. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Constituição Federal e a LC 840/2011:

- a) O servidor público estável somente poderá perder seu cargo após sentença judicial transitada em julgado.
- b) Durante o prazo de estágio probatório serão observados os fatores: responsabilidade, assiduidade, aptidão para o trabalho, pontualidade e disciplina.
- c) O concurso público é obrigatório para admissões de empregados públicos, como regra geral, que são contratados sob o regime de CLT.
- d) Somente podem ocupar função de confiança os servidores estáveis.

43. Constitui dever do servidor público previsto na LC 840/2011:

- a) guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- b) recusar fé a documentos públicos.
- c) cumprir as ordens superiores, independentemente de sua legalidade.
- d) atender com presteza ao público em geral, prestando todas as informações requeridas, inclusive aquelas sigilosas.

CONHECIMENTOS DO DISTRITO FEDERAL

Leandro Signori

44. Com base na Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autorizou o Poder Público a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, consideram-se com ênfase especial para a região os programas e projetos relacionados às áreas de:

- a) infraestrutura e geração de empregos.
- b) saúde e assistência social.
- c) habitação popular e segurança pública.
- d) uso, parcelamento e ocupação do solo.

45. A urbanização dos centros urbanos brasileiros ocorreu de forma acelerada, gerando grandes aglomerados urbanos que cresceram muito em relação às suas áreas iniciais e acabaram por se conectar fisicamente com outras áreas urbanas próximas.

Assim, surgem as Regiões Metropolitanas, que foram incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro como uma forma de pensar em soluções e projetos conjuntos para essa grande e densa área urbana.

No Distrito Federal também se formou um grande e contínuo aglomerado urbano. Uma característica dessa densa e extensa área urbana é a:

- a) rigorosa preservação do meio natural, com a criação de uma série de Unidades de Conservação, em que se destaca o Parque da Cidade de Brasília, a maior área verde urbana do país.
- b) precária mobilidade urbana, o que gerou uma inversão dos movimentos pendulares por meio do desenvolvimento de polos econômicos regionais.
- c) segregação socioespacial, processo que fragmenta a área urbana em localidades com melhores condições de infraestrutura, mais valorizadas e localidades com piores condições de infraestrutura, geralmente menos valorizadas.
- d) equidade nos aspectos socioeconômicos, que se refletem no fato de o Distrito Federal possuir o maior rendimento mensal médio per capita e um dos maiores índices de desenvolvimento humano do país.

46. Assinale a alternativa correta a respeito da Missão Cruls:

- a) A área do atual Distrito Federal encontra-se nos limites da zona demarcada por essa Missão no final do século XIX.
- b) Indicou como sítio para erigir a pedra fundamental da nova capital, o Morro do Centenário, em Planaltina.
- c) Indicou a necessidade de expansão futura da área demarcada, já considerando o crescimento populacional da nova capital.
- d) Foi pioneira na proposição de uma área, para a construção da nova capital, no Planalto Central do Brasil.

47. Com a criação de duas novas regiões administrativas em 2022, atualmente o Distrito Federal está dividido em 35 Regiões Administrativas.

As duas novas regiões administrativas criadas foram:

- a) Ponte Alta e Rajadinha.
- b) Jardins Mangueiral e Guará II.
- c) Lago Oeste e Vale do Amanhecer.
- d) Arapoanga e Água Quente.

48. Com relação à história, economia, sociedade e política do Distrito Federal, é correto afirmar que:

- a) com o término das obras de Brasília, os imigrantes vieram principalmente do Sul e do Sudeste para compor a mão de obra demandada pelos cargos da administração pública.
- b) a divisão do Distrito Federal em Regiões Administrativas foi justificada como necessária para uma administração e organização descentralizada de seu território.
- c) Após décadas de crescimento acelerado, a população brasiliense vivencia uma tendência de estabilidade com um maior número de idosos em relação às crianças e aos jovens.

d) nos primeiros anos, a expansão urbana da capital ocorreu com tensões decorrentes das invasões de terras indígenas e áreas remanescentes de quilombolas.

49. Considerando os aspectos climáticos do Distrito Federal, assinale a opção que identifica a massa de ar que se forma na Floresta Amazônica e durante o verão atinge a região Centro-Oeste provocando a elevação da temperatura e o aumento da umidade e das precipitações:

- a) Massa de ar Tropical Amazônica.
- b) Massa de ar Equatorial Continental.
- c) Massa de ar Equatorial Amazônica.
- d) Massa de ar Tropical Continental.

50. A manutenção adequada de estoques hídricos é de fundamental importância para o Distrito Federal e sua população.

No intuito de garantir a disponibilidade hídrica em suas barragens, além de fazer a gestão correta dos recursos hídricos, é importante garantir a manutenção de rios, córregos, nascentes e pequenos riachos, pois é a partir desses que as represas são compostas.

Com o intuito de proteger as nascentes dos cursos d'água que abastecem o Distrito Federal e suas represas, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma ação que pode ser tomada pelo Poder Público e pela iniciativa privada:

- a) transposição e construção de canais artificiais para irrigação de áreas distantes.
- b) clarificação das águas em nascentes para garantir seu máximo aproveitamento e mínimo desperdício.
- c) incentivo ao desenvolvimento de atividades agrícolas que utilizam insumo hídrico subterrâneo.
- d) preservação das matas ciliares e reflorestamento de áreas degradadas.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

51. Segundo dispõe a Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo em âmbito federal, aplicável ao Distrito Federal por força da Lei Distrital 2.834/2001, a decisão coordenada:

- a) poderá ser utilizada em toda e qualquer decisão administrativa que exija a participação de dois ou mais setores, órgãos ou entidades.
- b) poderá ser utilizada no âmbito da Administração Pública federal nas decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- c) poderá ser utilizada, antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, para debates sobre a matéria do processo.
- d) poderá ser utilizada quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, sendo que sua adoção requer despacho motivado, proferido antes da decisão de mérito.

52. Assinale a alternativa que, à luz do disposto na Lei 13.303/2016, NÃO apresenta vedação à indicação a cargo de administrador de empresa pública distrital:

- a) pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da estatal ou com a própria entidade.
- b) pessoa que já exerceu cargo em organização sindical, tendo se desligado há 36 meses.
- c) de pessoa que atuou, nos últimos 36 meses, em trabalho vinculado à realização de campanha eleitoral.
- d) de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, licenciado do cargo.

53. Assinale, entre as alternativas abaixo, o ente público ao qual NÃO se aplica a “nova lei de licitações e contratos” (Lei 14.133/2021):

- a) tribunal regional do trabalho.
- b) câmara distrital.
- c) sociedade de economia mista distrital.
- d) entidade controlada indiretamente pelo poder público.

54. No que se refere à duração dos contratos administrativos regidos pela Lei 14.133/2021, é correto afirmar que o contrato que prever a operação de sistemas estruturantes de tecnologia da informação (TI) poderá ter vigência de no máximo:

- a) 2 anos.
- b) 5 anos.
- c) 10 anos.
- d) 15 anos.

55. São hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas na Lei 14.133/2021:

- a) aquisição de bem móvel.
- b) contratação de serviços técnicos especializados de divulgação.
- c) produto exclusivo em razão de preferência por marca.
- d) objetos que possam ser contratados por meio de credenciamento.

56. De acordo com o que prevê a Constituição Federal, assinale a alternativa que menciona competência do Congresso Nacional:

- a) anular atos vinculados do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- b) processar e julgar o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- c) julgar as contas prestadas por todos os gestores públicos federais.
- d) exercer o controle externo com auxílio de um tribunal de contas, o qual consiste em órgão independente e autônomo.

57. Considerando que determinado agente público no Distrito Federal foi condenado pela prática de ato de improbidade consistente em receber vantagem econômica para a tolerar a atividade de contrabando, pode-se concluir que foram aplicadas as seguintes condenações, isoladas ou cumulativamente:

- a) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, multa equivalente ao dano ao erário e perda da função pública, entre outras.
- b) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 14 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- c) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 10 anos, multa equivalente a no máximo 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- d) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, multa civil de até 24 vezes a remuneração do agente, perda dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 4 anos.

58. Suponha que o Distrito Federal tenha delegado à iniciativa privada a prestação do serviço público de transporte coletivo, tendo celebrado contrato de concessão com empresa privada. Caso reste comprovado que a concessionária esteja prestando o serviço de forma inadequada ou deficiente, o poder concedente:

- a) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto distrital, sendo que a indenização devida à empresa é calculada no decurso do processo, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.
 - b) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto distrital, não cabendo qualquer indenização à empresa.
 - c) deverá aplicar sanção ao concessionário, por meio da intervenção na concessão.
 - d) ensejará a nulidade do contrato, impedindo os efeitos jurídicos que a avença, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
-

59. Considerando as disposições contidas na Lei 8.666/1993 e no Decreto 7.892/2013, relacionadas ao sistema de registro de preços, julgue os itens a seguir:

- I. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.
- II. Na contratação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é prescindível para a realização da licitação.
- III. A ata de registro de preços poderá vigorar por no máximo um ano.
- IV. A existência de preços registrados obriga a Administração a contratar.

Assinale a alternativa que apresenta todas as assertivas corretas:

- a) I, II, e IV.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) I, II, III e IV.

60. Considerando o que dispõe o Decreto Distrital nº 26.851/2006, que Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, é INCORRETO afirmar que:

- a) A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação.
- b) A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato.
- c) A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal e no Sistema

de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

- d) A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Governador do Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

61. O Estado do Bem-Estar Social, implantado em razão da grande depressão e da crise de mercado, nasce a partir das ideias Keynesianas, uma linha de pensamento econômica e política que se opõe ao liberalismo e defende que o Estado tem deveres a cumprir para com seus cidadãos. Selecione as sentenças erradas sobre a evolução e crise do Estado do Bem-Estar Social.

- I. O Estado passou a desempenhar um papel estratégico na coordenação da economia, promovendo poupança forçada e o desenvolvimento econômico.
- II. O Estado desenvolveu políticas redistributivas de renda.
- III. O Estado do Bem-Estar Social acabou gerando uma crise fiscal, pois os seus custos ultrapassaram a capacidade de financiamento do setor público.
- IV. O Estado do Bem-Estar Social terceirizou os serviços de saúde, ampliando sua cobertura e qualidade de atendimento.
- V. O Estado do Bem-Estar Social foi marcado pelo modelo de administração pública burocrática.

Escolha a opção correta.

- a) I, II, V
- b) I, II, III, IV
- c) I
- d) IV

62. A administração pública burocrática, cujo marco foi a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) surgiu com o intuito de eliminar os aspectos patrimonialistas da Administração Pública brasileira, por meio de uma lógica racional-legal. Embora a implantação deste modelo de gestão tenha trazido algumas mudanças positivas para a Administração Pública brasileira, também se caracterizou por trazer consigo algumas disfunções, como:

- a) preocupação com o resultado, deixando de seguir as regras procedimentais.
- b) perda de controle sobre o funcionário, em função da autoridade horizontal.
- c) aumento das práticas clientelistas, resultante da restrição de tratamentos isonômicos apenas aos indivíduos pertencentes à estrutura pública ou política.
- d) dificuldade de respostas às mudanças do meio externo, dando prioridade às questões internas do sistema.

63. A nova gestão pública prega um governo empreendedor, que pertence à comunidade, atribuindo responsabilidades e participação. Nesse caso, aponte a alternativa correta.

- a) O governo empreendedor visa controlar a economia e concentrar-se no fazer em ampla escala, estimulando a ação e a parceria da sociedade.
- b) O governo empreendedor desenvolve ações catalizadoras, buscando uma atuação conjunta dos setores público, privado e voluntário.
- c) A gestão empreendedora no setor público pressupõe a hierarquia de decisão e a responsabilização.
- d) O empreendedorismo governamental possui como foco a ação empresarial com o propósito de geração de lucros para a administração pública, a exemplo da exploração de atividades comerciais pelas empresas estatais.

64. O modelo de gestão governamental experimentado no século XX, que se baseava na ideia de que os serviços deveriam ser prestados com foco na equidade e nas necessidades dos cidadãos, ficou conhecido como

- a) Gerencialismo puro
- b) PSO
- c) Taylorismo
- d) Consumerismo

65. *Accountability* está associado à obrigação de prestação de contas e de responsabilização dos gestores públicos, podendo ser exercida de várias formas. O tipo de *accountability* exercido pela mídia, associações de bairros e organizações não-governamentais é classificada como:

- a) *Accountability* social.
- b) *Accountability* vertical.
- c) *Accountability* horizontal.
- d) *Accountability* constitucional.

66. A utilização de processos participativos de gestão, segundo alguns acadêmicos, é uma consequência do movimento da Nova gestão pública. Acerca desse tema, assinale V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas.

- () Por determinação constitucional, o orçamento participativo, como instrumento de soberania popular, visa à ampliação da democracia direta.
- () O objetivo da Administração Pública Gerencial é o desenvolvimento dos processos participativos de gestão pública.
- () O exercício da Governança Pública, a exemplo do que ocorre no orçamento participativo, implica o aumento da importância do uso de critérios técnicos nos processos de decisão.

Assinale a alternativa correta

- a) V, V, V
- b) F, F, F
- c) V, V, F
- d) F, F, V

67. A gestão por resultados na administração pública requer para uma implementação efetiva que se leve em consideração um conjunto integrado de fatores de natureza institucional e comportamental. Sua implementação será prejudicada caso o modelo:

- a) represente como os indivíduos são avaliados.
- b) preveja uma orientação normativa.
- c) contemple elementos que proporcionem estabilidade e gerem hábitos.
- d) expresse uma decisão eminentemente técnica para escolha de políticas públicas.

68. A Constituição da República de 1988 (CF/1988) promoveu ampliação no rol de direitos e garantias individuais e sociais. Do ponto de vista administrativo, contudo, a doutrina especializada aponta a ocorrência de retrocessos, tornando a administração pública mais burocrática, em razão:

- a) da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para comandar as reformas administrativas e implementar as políticas de governo.
- b) da extensão às entidades da administração indireta de procedimentos e mecanismos de controle aplicáveis à administração direta.
- c) do apoio ao clientelismo e ao fisiologismo como política de Estado.
- d) do pouco incentivo à descentralização político-administrativa.

69. A excelência predicada pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) é consagrada como um referencial para o aprimoramento da gestão nas organizações, comportando também, com as devidas adaptações, aplicação à Administração pública,

- a) somente admissível a pessoas jurídicas de direito privado, ou seja, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

b) parcialmente admissível, não podendo adotar todos os critérios de excelência preconizados pela Fundação.

c) admissível, no entanto, alicerçada nos princípios aplicáveis à Administração pública e fundamentos próprios da gestão de excelência contemporânea.

d) admissível, contudo, não pode concorrer a premiação, eis que o sistema de pontuação somente é aplicável a instituições privadas.

70. A modelo de administração gerencial promoveu mudanças culturais, de gestão, institucionais e legais no âmbito da administração pública, incorporando novos conceitos e padrões comportamentais. Acerca do tema, avalie:

- I. Elevados graus de liberdade de imprensa é um fator que favorece a incidência de corrupção e, portanto, *not accountable*.
- II. O Controle social pode ser exercido por meio da participação do usuário na administração pública, uma premissa constitucional.
- III. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações, por qualquer meio legítimo, a sociedades de economia mista, por exemplo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida e os motivos para tal informação.

São corretas as seguintes alternativas

- a) I, II, apenas.
- b) II, III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) III, apenas

71. Em relação à avaliação do desempenho e ao controle organizacional em organizações públicas, assinale a opção correta.

- a) *Accountability* refere-se à capacidade de administração de um governo.
- b) A transparência consiste em um mecanismo de controle social que permite ao cidadão avaliar a efetividade da administração pública.
- c) O controle do desempenho organizacional é de responsabilidade exclusiva dos níveis estratégicos das organizações.
- d) Os conceitos de eficácia e eficiência aplicam-se, de forma indistinta, às organizações públicas e privadas.

72. A Tecnologias da informação e comunicação (TIC), em especial a Internet, para serviços, transações, disponibilização de informações, entre outras aplicações tem sido um dos principais desafios para alcançar a combinação ideal dos princípios de eficiência, transparência e accountability na administração pública, que consiste em

- a) ampliar o acesso à Internet nos municípios brasileiros.
- b) ampliar o número de instâncias participativas tanto no formato presencial como no formato digital.
- c) criar aplicativos de serviços que proporcionem aos cidadãos maior rapidez e agilidade.
- d) construir indicadores de transparência da gestão pública e transformar essas informações em medidas compreensíveis para o cidadão.

ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

73. Para realizar uma pesquisa, um órgão público irá fazer um conjunto de visitas domiciliares, tenha sido selecionada, de um grupo de 10 servidores, uma equipe composta por um supervisor, um coordenador e quatro pesquisadores. Se todos os servidores do grupo forem igualmente hábeis para o desempenho de qualquer uma dessas funções, de quantas maneiras distintas a equipe poderá ser formada?

- a) 12.600
- b) 6.300
- c) 1.050
- d) 210

74. Suponha que 4 livros de Direito Constitucional e 6 livros de Direito Administrativo devam ser acomodados em uma estante, de modo que um fique ao lado do outro. Se dois livros forem escolhidos aleatoriamente entre os 10, então a probabilidade de pelo menos um deles ser de Direito Constitucional é igual a:

- a) $\frac{1}{3}$
- b) $\frac{2}{3}$
- c) $\frac{3}{4}$
- d) $\frac{1}{5}$

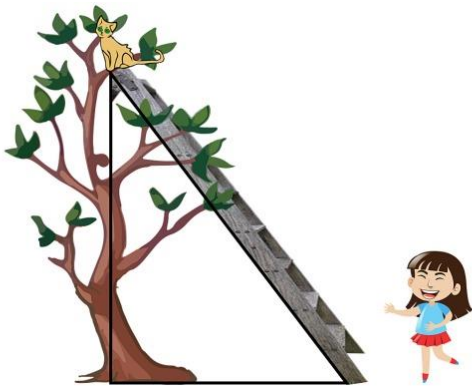
75. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.

- I. Lucas é médico ou Marina não é enfermeira.
- II. Se Arnaldo é advogado, então Lucas não é médico.
- III. Ou Otávio é engenheiro, ou Marina é enfermeira, mas não ambos.
- IV. Lucas é médico ou Paulo é arquiteto.

A partir dessas informações, é correto afirmar que

- a) Paulo não é arquiteto ou Marina não é enfermeira.
- b) Marina é enfermeira e Arnaldo não é advogado.
- c) Se Lucas não é médico, então Otávio é engenheiro.
- d) Arnaldo é advogado ou Paulo é arquiteto.

76. O malévolo professor Silvio Sande colocou o gatinho da aluna Corujinha no alto de uma árvore. Corujinha colocou uma escada junto à árvore para ajudar o gato a descer.



Sabendo que o gato estava a uma altura de 8 metros e a base da escada estava posicionada a 6 metros do pé da árvore, qual o comprimento da escada utilizada para salvar o gatinho?

- a) 15 metros.
- b) 10 metros.
- c) 13 metros.
- d) 20 metros.

77. Se não é verdade que, no ano passado, em todos os domingos, se fazia sol, Renata passeava de moto, então, no ano passado,

- a) em nenhum domingo que não fez sol, Renata passou de moto.
- b) em todos os domingos que não fez sol, Renata não passou de moto.
- c) houve pelo menos um domingo em que não fez sol e Renata passou de moto
- d) houve ao menos um domingo em que fez sol e Renata não passou de moto.

78. O objetivo de uma pesquisa era o de se obter, relativamente aos servidores de certo órgão, informações sobre duas variáveis: qual graduação cursada por cada um e time para o qual cada um torce. Para cumprir tal objetivo, todos os servidores foram entrevistados e perguntados quanto a graduação cursada, e, dentre todos os servidores, foram selecionados aleatoriamente 400 para informar para qual time torciam.

As abordagens utilizadas para as variáveis graduação cursada e time para o qual cada servidor torce foram, respectivamente,

- a) censo e amostragem aleatória simples
- b) amostragem sistemática e amostragem aleatória simples.
- c) amostragem aleatória simples e amostragem sistemática
- d) amostragem sistemática e amostragem por conglomerados

79. A probabilidade de Moisés ir à festa do Homer é de 0,6 e a probabilidade de Mary ir à festa do Homer é de 0,5. A probabilidade condicional de Moisés ir à festa dado que Mary irá à festa é de 0,7. Assim a probabilidade de que Moisés vá à festa OU Mary vá à festa é de:

- a) 60%
- b) 65%
- c) 70%
- d) 75%

X	Número de observações na amostra
1	10
2	20
3	40
4	120
5	10
TOTAL	200

80. A tabela apresentada mostra as frequências absolutas das observações de uma variável X em uma amostra de tamanho igual a 200. Nesse caso, se M_0 representa a moda da amostra, M_D , a mediana amostral e M_E , a média aritmética, então o produto $M_0 \times M_D \times M_E$ será igual a:

- a) 80
- b) 27
- c) 56
- d) 60

CONTROLE INTERNO E EXTERNO

Herbert Almeida

81. Acerca do controle da atividade desempenhada pela administração pública, assinale a opção correta.

- a) O controle de mérito, que é realizado na análise da razoabilidade e da proporcionalidade dos atos discricionário, pode ser realizado pelo Poder Judiciário.
- b) A Constituição Federal adotou o modelo de jurisdição una, de tal forma que a jurisdição é monopolizada pelo Estado, seja na via administrativa ou na via judicial.
- c) O controle administrativo tem como fundamentos a autotutela e a hierarquia.
- d) O controle externo se submete ao princípio da reserva legal, ou seja, somente as leis em sentido estrito, ordinárias ou complementares, podem inovar em matéria de controle de um Poder sobre o outro.

82. Considerando a Constituição Federal e o entendimento do STF sobre o assunto, é correto afirmar que compete ao TCU:

- a) promover, cautelarmente, a desconconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica objeto da apuração, de maneira a assegurar o resultado útil do processo.
- b) apreciar, para fins de registro, a legalidade das nomeações para cargo de provimento em comissão.
- c) sustar, imediatamente, a execução de contrato administrativo impugnado.
- d) anular, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

83. A Constituição Federal atribui, expressamente, ao sistema de controle interno a competência para:

- a) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.
- b) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- c) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- d) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

84. José é ex-prefeito municipal e está sendo acusado de ato de improbidade administrativa, por ter, supostamente, causado lesão ao erário de forma dolosa. O ato foi praticado em dezembro de 2015, sendo que a ação de improbidade administrativa foi proposta pelo Ministério Público em outubro de 2017.

Sabendo que até hoje não houve sentença no juízo de primeiro grau e que a Lei nº 14.230/2021, publicada em outubro de 2021, trouxe um novo regime prescricional, José procurou o seu advogado, em outubro de 2022, para verificar possível ocorrência de prescrição intercorrente na ação de improbidade.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF sobre o tema, o advogado respondeu corretamente que:

- a) a reforma da Lei de Improbidade é irretroativa, aplicando-se somente aos processos iniciados após a sua publicação.
- b) como o novo regime prescricional é irretroativo, os novos marcos temporais começaram a correr a partir da publicação da Lei nº 14.230/2021, motivo pelo qual ainda não se consumou o prazo de quatro anos para a ocorrência da prescrição intercorrente.

c) o novo regime prescricional é retroativo, por se tratar de norma processual, sendo ainda que a reforma da Lei de Improbidade deverá retroagir para beneficiar o réu em ações que ainda não transitaram em julgado e para os processos que, ainda que transitados em julgado, estão em regime de execução das penas e seus incidentes.

d) por se tratar de regime punitivo, as regras da Lei nº 14.230/2021, quando mais benéficas, devem retroagir para beneficiar o réu, aplicando-se o novo regime prescricional desde a propositura da ação.

85. Sobre a composição dos tribunais de contas, é correto afirmar que:

- a) A escolha deverá recair entre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos.
- b) Nos tribunais de contas dos estados e do Distrito Federal, seis conselheiros serão escolhidos pelo Poder Legislativo e três pelo Chefe do Executivo.
- c) No Brasil, é vedada a criação de órgãos estaduais denominados tribunais de contas dos municípios.
- d) Os tribunais de contas não fazem parte do Poder Judiciário, mas gozam de prerrogativas típicas dos órgãos judiciais, como a autonomia, o autogoverno e a vitaliciedade dos seus membros.

86. Considerando a natureza do processo de controle externo e as relações entre o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- a) contra as decisões dos tribunais de contas, são cabíveis recursos administrativos direcionados ao próprio Tribunal e, em última instância, ao Poder Judiciário.
- b) o Poder Judiciário, ao exercer o controle sobre as decisões dos tribunais de contas, busca restabelecer a legalidade, invalidando a decisão por ilegalidade grave ou modificando o mérito da decisão de julgamento das contas.
- c) a decisão do Tribunal de Contas não faz coisa julgada formal, uma vez que é passível de revisão em processo próprio, perante o Poder Judiciário.

d) o controle judicial sobre as decisões dos tribunais de contas ocorre mediante ação autônoma daquela que tramita no Tribunal, realizada mediante mandado de segurança ou ação ordinária.

87. Considere que o Chefe do Poder Executivo tenha editado decreto executivo, inovando no ordenamento jurídico. Sobre o assunto, pode-se afirmar que:

- a) A sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa compete ao Tribunal de Contas.
- b) Em regra, os decretos executivos podem inovar no ordenamento jurídico, não se falando em controle legislativo ou de constitucionalidade sobre o tema.
- c) O abuso de poder regulamentar poderá ser combatido pelo controle jurisdicional, sem prejuízo da competência extraordinária do Legislativo de sustar atos normativos que exorbitem do poder regulamentar ou da delegação legislativa.
- d) Não cabe controle de constitucionalidade sobre decreto executivo, em qualquer caso.

88. A respeito da jurisprudência do STF sobre o exercício do controle externo, marque a alternativa correta.

- a) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público, possuindo a decisão eficácia erga omnes e vinculante para todo o respectivo ente.
- b) É constitucional atribuir aos tribunais de contas a realização do exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- c) É constitucional atribuir ao Poder Legislativo a prerrogativa para julgar as contas do responsável do Tribunal de Contas respectivo.
- d) Não cabe aos tribunais de contas quebrar o sigilo bancário ou ter acesso a informações sobre financiamentos concedidos com recursos públicos.

89. Sobre a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e da concessão inicial de aposentadoria, é correto afirmar que:

- a) a negativa de registro sempre deverá ser precedida de contraditório e ampla defesa.
- b) o TCU não aprecia a legalidade da admissão de cargo em comissão, mas poderá verificar a legalidade da admissão por outros meios, inclusive para fixar prazo para o desfazimento do provimento que viole as regras sobre o nepotismo.
- c) a concessão de aposentadoria aos servidores públicos é, segundo o STF, ato administrativo composto.
- d) o Tribunal de Contas não aprecia os provimentos para emprego público, regidos pelas regras de direito privado.

90. De acordo com o previsto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, alterada pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021), assinale a opção correta.

- a) as disposições da Lei de Improbidade se aplicam ao terceiro, considerado aquele que, mesmo não sendo agente público, induz ou concorre para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficia sob qualquer forma direta ou indireta.
- b) consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas ou culposas tipificadas nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA, ressalvados tipos previstos em leis especiais.
- c) o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- d) a ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade prescreve em cinco anos.

CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

91. Acerca da NBC TSP – Estrutura Conceitual e das disposições presentes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção correta:

- a) A materialidade é classificada como uma característica qualitativa da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral.
- b) Devem aplicar as disposições presentes na Estrutura Conceitual, entre outras entidades, os governos estaduais, suas secretarias e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta, inclusive as empresas estatais independentes.
- c) A importância relativa das características qualitativas em cada situação é uma questão objetivamente verificável.
- d) Os usuários das demonstrações contábeis incluem contribuintes, parlamentares, credores, fornecedores, mídia e empregados, dentre outros.

92. Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir:

- I – A Lei n. 4.320/64 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.
- II – O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil aplicável ao setor público, conforme previsto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.
- III – A Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público é composto de um quadro principal que evidencia as variações quantitativas e de um quadro anexo para evidenciar as variações qualitativas.

Está(ão) correto(s):

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I, II e III.

Considere que os eventos contábeis a seguir tenham ocorrido durante um exercício financeiro já encerrado em uma entidade do setor público:

I aprovação da Lei Orçamentária Anual com receita previstas e despesas fixadas no valor de R\$ 600.000,00, sendo R\$ 420.000,00 em receitas/despesas correntes e o restante em receitas/despesas de capital;

II lançamento e arrecadação de impostos no valor de R\$ 360.000,00;

III contratação e recebimento imediato de operação de crédito no valor de R\$ 240.000,00;

IV empenho e liquidação de imobilizado no valor de R\$ 400.000,00, sendo 50% do valor pago à vista e 50% inscrito em restos a pagar.

V empenho, liquidação e pagamento de despesas de pessoal no valor de R\$ 200.000,00.

Tendo como base as transações apresentadas, responda as questões a seguir acerca da estrutura e do fechamento das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

93. O resultado orçamentário do exercício apurado no balanço orçamentário foi:

- a) zero (equilibrado).
- b) superavitário em R\$ 200.000,00.
- c) deficitário em R\$ 200.000,00.
- d) superavitário em R\$ 400.000,00.

94. O resultado patrimonial do exercício apurado na demonstração das variações patrimoniais foi:

- a) nulo.
- b) superavitário em R\$ 400.000,00.
- c) deficitário em R\$ 40.000,00.
- d) superavitário em R\$ 160.000,00.

95. O resultado financeiro do exercício apurado no balanço financeiro foi:

- a) nulo.
- b) superavitário em R\$ 200.000,00.
- c) deficitário em R\$ 40.000,00.
- d) superavitário em R\$ 160.000,00.

96. As entidades do setor público possuem características que as diferem das demais entidades, segundo a NBC TSP Estrutura Conceitual, dentre as quais pode-se destacar, exceto:

- a) a importância do orçamento público.
- b) natureza dos programas e longevidade do setor público.
- c) papel executor das políticas públicas.
- d) natureza e propósito dos ativos e passivos no setor público.

Uma equipe de alunos e professores corujas realizou uma viagem em um ônibus da renomada Universidade Audazes dos Pampas. Durante a viagem, o ônibus apresentou defeitos e a despesa para o seu conserto ultrapassou o valor concedido a título de suprimentos de fundos. Apesar do motorista ter ficado transtornado com a situação e bradar "que fase!" diversas vezes, acabou se acalmando e, para dar continuidade à viagem, pagou com seu próprio recurso a diferença entre o valor total do conserto e o suprimento concedido.

Acerca dessa situação hipotética, analise as questões a seguir:

97. Nessa situação, ao retornar à Universidade, o gestor responsável deve restituir o servidor, por meio de:

- a) despesa orçamentária, empenhada no elemento 93.
- b) despesa orçamentária, empenhada no elemento 39, que retrata a prestação de serviços realizada.

c) despesa orçamentária, empenhada no elemento 92, por caracterizar uma despesa de exercício anterior.

d) PIX, utilizando-se a conta específica do ordenador de despesas para restituições.

98. Nessa situação, quando da prestação de contas do saldo utilizado pelo agente suprido, haverá o reconhecimento:

- a) de uma entrada de caixa.
- b) de uma variação patrimonial quantitativa diminutiva.
- c) de uma variação patrimonial quantitativa aumentativa.
- d) de uma variação patrimonial qualitativa.

99. Nessa situação, no momento da concessão do suprimento de fundos, por ocasião do empenho da despesa orçamentária, haverá o seguinte lançamento contábil, no âmbito da natureza de informação de controle:

a)

D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)

C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho

b)

D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

c)

D 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho

C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)

d)

D 1.1.3.1.x.xx.xx Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros (P)

C 2.1.8.9.x.xx.xx Outras Obrigações de Curto Prazo – Suprimento de Fundos (F)

100. O Município Audazes dos Pampas adquiriu a prazo um imóvel para uso em suas atividades por R\$ 320.000,00, para pagamento em quatro parcelas mensais iguais de R\$ 80.000,00. Se essa máquina fosse adquirida à vista custaria R\$ 300.000,00. Nesse caso, haverá:

- a) o reconhecimento de uma conta redutora de passivo pela diferença entre o valor a prazo e o valor caso a máquina fosse adquirida à vista.
- b) o reconhecimento de um ativo imobilizado pelo valor de R\$ 320.000,00.
- c) o reconhecimento de uma conta redutora de ativo pela diferença entre o valor a prazo e o valor caso a máquina fosse adquirida à vista.
- d) o reconhecimento de um passivo pelo valor de R\$ 300.000,00.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL

Luciana Marinho

101. Em relação aos Princípios Orçamentários, assinale a alternativa incorreta.

- a) Princípio Orçamentário da Universalidade diz que a Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
- b) Princípio do Orçamento Bruto afirma que algumas receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- c) Princípio Orçamentário Especificação diz que a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvado o disposto no artigo 20 e seu parágrafo único.
- d) Princípio do Equilíbrio afirma que os valores autorizados para a realização das despesas no exercício deverão ser compatíveis com os valores previstos para a arrecadação das receitas

102. A LRF, ao tratar da LDO, determina que essa tratará, entre outros temas:

- a) margem de autorização para abertura de créditos suplementares;
- b) diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital;
- c) orçamento de investimento das empresas estatais;
- d) critérios para a limitação de empenho;

103. Segundo o MTO, os princípios orçamentários visam estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para todos os Poderes e para todos os entes federativos - União, Estados, Distrito Federal e Municípios -, são estabelecidos e disciplinados tanto por normas constitucionais e infraconstitucionais quanto pela doutrina. Em relação aos princípios orçamentários, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da unidade ou totalidade diz que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- b) Segundo o princípio da exclusividade, o exercício financeiro é o período ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA.
- c) O princípio do orçamento bruto preconiza o registro das receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- d) O princípio da vinculação veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria CF.

104. A competência para examinar e emitir parecer sobre os programas nacionais criados e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, é competência a ser exercida:

- a) Pelo Congresso Nacional.
- b) Pela Comissão mista permanente de senadores e deputados.
- c) Pela Câmara dos Deputados.
- d) Pelo Senado Federal

105. Sobre a recondução da dívida aos limites, leia abaixo o disposto no "caput" do artigo 31 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

" Se a _____ de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um _____, deverá ser a ele reconduzida até o término dos _____, reduzindo o excedente em pelo menos _____ no primeiro."

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas:

- a) dívida consolidada / bimestre / dois subsequentes / 50% (cinquenta por cento)
- b) dívida consolidada / quadrimestre / três subsequentes / 25% (vinte e cinco por cento)
- c) dívida mobiliária / quadrimestre / três subsequentes / 25% (vinte e cinco por cento)
- d) dívida mobiliária / bimestre / dois subsequentes / 50% (cinquenta por cento)

106. O orçamento público é a principal ligação entre o planejamento governamental e a gestão financeira. Por intermédio dele, é possível acompanhar a execução dos planos e verificar a disponibilidade de recursos financeiros. Assinale a alternativa **incorreta** a respeito do Orçamento Público.

- a) O orçamento público é o planejamento comum sem a necessidade de ter forma de lei, e visa organizar a gestão financeira para o exercício no período atual

b) O orçamento público faz a previsão de receitas e estabelece as despesas a serem realizadas no período.

c) O orçamento público pode ser visto como um mecanismo disciplinador e de controle administrativo, jurídico, contábil, econômico e financeiro na forma de lei.

d) O orçamento é também o meio pelo qual o cidadão pode analisar onde e de que forma as políticas públicas estão sendo aplicadas e priorizadas.

107. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, deve ser publicado trinta dias após o encerramento de cada bimestre:

- a) Relatório de Gestão Fiscal
- b) Anexo de Riscos Fiscais
- c) Relatório Resumido de Execução Orçamentária
- d) Anexo de Metas Fiscais

108. Assinale a alternativa de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

a) dívida pública consolidada é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

b) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.

c) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades

d) Até 60 dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

109. Relativamente à receita pública e seus conceitos, estágios e fontes, julgue os itens seguintes.

I O lançamento é o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

II O recolhimento corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

III A arrecadação é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.

110. Os montantes arrecadados dentro do exercício financeiro que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, entretanto, não provocam efeito sobre o patrimônio líquido, constituem receita

- a) corrente líquida
- b) de serviços
- c) patrimonial
- d) de capital

POLÍTICAS PÚBLICAS

Rodrigo Rennó

111. O planejamento estratégico

- a) é realizado pelo nível intermediário da organização.
- b) é orientado para o médio prazo.
- c) tem foco em tarefas rotineiras.
- d) envolve a organização como um todo.

112. O ciclo PDCA é uma ferramenta que tem foco na melhoria contínua e possui 04 etapas. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)

113. Julgue os itens a seguir.

I. Dentre os princípios que norteiam a gestão por resultados na administração pública podem-se citar o caráter descentralizado da tomada de decisões e o foco no processo de gestão.

II. O Governo empreendedor é aquele que pretender assumir o controle da economia do país e administrar empresas públicas para gerar riqueza, ao mesmo tempo em que busca estimular a ação e parceria da sociedade.

Assinale a alternativa correta

- a) I e II estão corretas, e a segunda assertiva justifica a primeira.
- b) I está correta; II está errada.
- c) I está errada; II está correta.
- d) I e II estão erradas.

114. De acordo com o Banco Mundial, são princípios da boa governança, EXCETO:

- a) responsabilidade
- b) legitimidade
- c) sigilo
- d) equidade

115. O ciclo de políticas públicas é composto por algumas fases. Indique, dentre as alternativas a seguir, qual não traz uma dessas fases.

- a) Construção da agenda
- b) Formulação da política
- c) Implementação
- d) Tomada de contas

116. O conceito de *accountability* está relacionado à ideia de que

- a) existe uma mitigação entre os limites do patrimônio público e do patrimônio privado.
- b) o foco deve ser no controle dos processos.
- c) o gestor público deve prestar contas de suas ações e se responsabilizar por essas ações.
- d) o Estado deve buscar garantir os serviços por meio de uma atitude empreendedora.

117. No que concerne à governança, governabilidade, *accountability* e intermediação de interesses, julgue os itens a seguir.

I - A governança está relacionada à capacidade do governo de formular e implantar políticas públicas ao passo que a governabilidade está relacionada à capacidade política de governar e à legitimidade.

II - A *accountability* horizontal pressupõe uma ação entre desiguais. Como exemplo desse tipo de *accountability* pode-se citar a atuação dos Tribunais de Contas.

III - O corporativismo consiste em um tipo de sistema em que os agentes políticos concedem benefícios públicos em troca de apoio político.

Está correto o que se afirma em:

- a) III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e III, apenas.

118. As políticas públicas que buscam alterar o grau de concentração de recursos, deslocando conscientemente recursos das classes mais abastadas financeiramente da sociedade para as classes menos abastadas da sociedade, são classificadas como

- a) políticas distributivas
- b) políticas de apoio
- c) políticas redistributivas
- d) políticas da sociedade

119. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), as variáveis componentes dos indicadores são:

- a) eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.
- b) economia, economicidade, equidade e qualidade.
- c) economia, equidade, qualidade e quantidade.
- d) custo, tempo, qualidade e quantidade.

120. A análise de políticas públicas utilizada quando os custos e os resultados das políticas públicas podem ser traduzidos em unidades monetárias é chamada de

- a) Análise Custo-Efetividade
- b) Análise Efetividade-Benefício
- c) Análise Custo-Benefício
- d) Análise Benefício-Efetividade

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS*Amanda Aires*

121. Assinale a alternativa correta considerando uma economia hipotética que opera com pleno emprego e que possui 200 trabalhadores com capacidade de produzir 4 vinhos ou 3 tecidos.

- a) A economia produz 800 tecidos.
- b) Se a economia produz 200 vinhos e 150 tecidos, ela é eficiente.
- c) A produção de 800 vinhos é ineficiente.
- d) Todos os pontos no interior da curva de possibilidades de produção são ineficientes.

122. Considere as seguintes equações de oferta e demanda:

demanda: $Q = 20.000 - 150P$;

oferta: $Q = 5.000 + 250P$.

Nesse caso, o preço e a quantidade de equilíbrio são respectivamente iguais a

- a) 37,5 e 14.375.
- b) 27,5 e 8.375.
- c) 37,5 e 9.375.
- d) 47,5 e 9.575.

123. Assinale a opção incorreta em relação a elasticidade-preço da demanda.

- a) Um bem de luxo é um bem normal com elasticidade renda da demanda superior a 1.
- b) A elasticidade de uma demanda linear para preço igual a zero tende para infinito.
- c) Quando a demanda for elástica, a receita do produtor diminuirá quando o preço do bem comercializado aumentar, mantidas as demais variáveis constantes.
- d) Quando um bem for inelástico, a receita aumentará quando se aumentar o preço.

124. Com relação às estruturas de mercado, assinale a opção incorreta.

- a) As margens de lucros de setores monopolistas são medidas pela diferença entre os preços praticados e seus custos médios.
- b) Igualar o preço ao custo médio de produção em um mercado de monopólio natural é uma estratégia eficiente.
- c) Mercado em concorrência monopolística é caracterizado pela livre entrada de empresas produzindo bens homogêneos.
- d) Em um duopólio à Bertrand, cada empresa escolhe, no equilíbrio, o mesmo preço que escolheria se estivesse no mercado competitivo.

125. Acerca do sistema de contas nacionais e dos principais agregados macroeconômicos e monetários em uma economia em que não há subsídio à produção, assinale a opção incorreta.

- a) O aumento do nível geral de preços da economia aumenta a demanda por moeda na forma dos meios de pagamento.
- b) O valor do M1 — papel moeda em poder do público mais depósito à vista em banco comercial — é maior que a base monetária.
- c) Nas contas nacionais, o acúmulo de estoques indesejados é contabilizado como consumo das famílias.
- d) Bem produzido, mas não vendido, entra no cálculo do produto interno bruto no ano de sua produção.

126. Com relação ao produto interno bruto (PIB), assinale a opção correta.

- a) As despesas do governo federal e os investimentos públicos são incluídos no cálculo do PIB como gastos do governo.
- b) O orçamento público dos governos estaduais é incluído como gastos públicos no cálculo do PIB.
- c) Aumentos de preços de imóveis usados não contribuem para o aumento do PIB real.
- d) No cálculo do PIB, considera-se toda a produção nacional ocorrida no país e no exterior.

127. Sobre as funções do governo na economia, julgue o item correto.

- a) A função alocativa do governo diz respeito à transferência de renda para a população mais vulnerável
- b) A função estabilizadora do governo está associada à estabilização de emprego e preços de uma economia
- c) A função normativa do governo diz respeito ao estabelecimento de regras de funcionamento da economia
- d) A função reguladora do governo diz respeito ao funcionamento de regras dentro da economia.

128. Analise as possíveis características de um certo bem.

- I - O público em geral tem acesso a ele.
- II – É impossível excluir uma pessoa do seu consumo.
- III - Ele é produzido por uma empresa do setor público.
- IV – O custo marginal de produção desse bem é nulo.
- V - Traz benefícios para o público em geral.

Para ser considerado um bem público, deve atender APENAS às características

- a) I e II.
- b) I e V.
- c) II e III.

d) II e IV.

129. Após longo estudo realizado pelo Ministério da Economia decidiu-se aumentar o valor do imposto sobre a renda dos consumidores. Assim, ao fazer isso, não houve uma modificação no preço dos produtos, que não passaram a incorporar a alta de impostos. Diante da situação apresentada, qual princípio de tributação não foi violado?

- a) Capacidade
- b) Eficiência
- c) Equidade
- d) Neutralidade

130. A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção dentre outras falhas de mercado, das externalidades que fazem com que os preços não reflitam as decisões econômicas, e que por isso abre espaço para a intervenção do governo na economia é denominada função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) alocativa.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Gabriela Zavadinack*

131. Sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), marque a assertiva correta conforme os ditames da Constituição Federal de 1988:

- a) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão O PPA, a LDO e a LOA.
- b) A lei de diretrizes orçamentárias possui o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, bem como é composta pelo Orçamento Fiscal.
- c) Os orçamentos fiscal e da seguridade social, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- d) O projeto de Lei Orçamentária Anual será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de renúncias de receita e de concessão de benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

132. A possibilidade de um Município, mediante afetação de receitas próprias geradas pelo Fundo de Participação dos Municípios, efetuar o pagamento de um débito à União é exceção ao princípio orçamentário do

- a) Orçamento Bruto.
- b) Anualidade.
- c) Não vinculação da receita de impostos.
- d) Universalidade.

133. A respeito da classificação por fonte/destinação de recursos, julgue os itens subsequentes:

- I. possui a finalidade precípua de identificar o destino dos recursos arrecadados.
 - II. ingressos de recursos em decorrência de convênios ou de contratos de empréstimos e de financiamentos são classificados como receitas de destinação não vinculada.
 - III. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2024, 30% da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral de Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.
- a) as assertivas I e III estão corretas.
 - b) as assertivas II e III estão corretas.
 - c) as assertivas I, II e III estão corretas.
 - d) apenas a assertiva I está correta.

134. A Lei nº 4.320/64 estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Sobre as receitas e as despesas públicas, nos termos da referida lei, é errado afirmar que

- a) o superávit do Orçamento Corrente é Receita de Capital.
- b) dotações para atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis são Despesas de Custeio.
- c) subvenções econômicas são transferências correntes que se destinam a empresas públicas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- d) O superávit do Orçamento Corrente, resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, constitui item de receita orçamentária.

135. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz diversos dispositivos relativos à dívida pública, tendo em vista a relação entre o endividamento e a saúde fiscal dos entes federativos. Sobre a dívida e o endividamento, de acordo com a LC 101/2000, afirma-se corretamente que

- a) Para fins de verificação do atendimento do limite do endividamento, a apuração do montante da dívida consolidada de municípios com menos de 50 mil habitantes pode ser realizada semestralmente.
- b) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos dois subsequentes, reduzindo em pelo menos um terço o excedente no primeiro quadrimestre.
- c) Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos não integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.
- d) Os limites para dívida pública, operações de crédito e concessão de garantia são fixados em percentual da reserva de contingência.

136. Um Auditor de Controle Interno da CGDF, analisando as despesas com pessoal do Poder Executivo do Distrito Federal à luz das normas dispostas na Lei de Responsabilidade Fiscal, verificou uma incongruência com relação às referidas despesas. O equívoco verificado pelo servidor foi:

- a) despesas com encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência foram computadas como despesas com pessoal.
- b) valores de contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos foram contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
- c) despesas relativas a indenização por demissão de servidores ou empregados foram contabilizadas como despesas com pessoal.

d) despesas relativas a incentivos à demissão voluntária não foram computadas como despesas com pessoal.

137. A doutrina relativa ao Direito Financeiro e ao Orçamento Público tratam sobre três típicas funções do Estado, também conhecidas como funções do orçamento. A respeito dessas funções, assinale o item correto:

- a) Os impostos progressivos e a concessão de subsídios são exemplos clássicos da função alocativa.
- b) A função distributiva tem como objetivo tornar a sociedade menos desigual, visando ao ajuste da distribuição de renda.
- c) A função estabilizadora justifica-se pela ocorrência de falhas de mercado, quando, por exemplo, há a necessidade de investimentos na infraestrutura econômica.
- d) Estabilizar o valor da moeda e dos preços, bem como assegurar o nível de emprego são exemplos da função distributiva.

138. As despesas públicas que não precisam de autorização legislativa para serem realizadas são considerados dispêndios extraorçamentários e compreendem desembolsos realizados pela administração pública para quitar as obrigações decorrentes dos ingressos extraorçamentários. Pode ser considerada uma despesa extraorçamentária a(o):

- a) inscrição em restos a pagar.
- b) resgate de operações de crédito de longo prazo.
- c) emissão de moeda.
- d) resgate de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).

139. Em um dado exercício, após a publicação da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, o Instituto Federal de Brasília descentralizou créditos orçamentários para a Universidade Federal de Pernambuco. A esse tipo de descentralização dá-se o nome de:

- a) cota.
- b) dotação.
- c) provisão.
- d) repasse.

140. Determinada unidade gestora do governo do Distrito Federal emitiu empenho para realização de serviços de consultoria em setembro de 2022. Tal serviço foi prestado em novembro do mesmo ano e a liquidação iniciou-se em 20 de dezembro de 2022, mas não foi finalizada até o último dia do exercício financeiro. De acordo com essa situação hipotética,

- a) em 31/12/2022, essa despesa deverá ser anulada, para possibilitar o pagamento em 2023 mediante despesas de exercícios anteriores.
 - b) em 31/12/2022, essa despesa deverá ser inscrita em restos a pagar não processados em liquidação.
 - c) em 31/12/2022, essa despesa deverá ser inscrita em restos a pagar não processados a liquidar.
 - d) em 31/12/2022, essa despesa deverá ser inscrita em restos a pagar processados em liquidação.
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
